



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

| | | | | | |
|------------------|---|-----------------|-------|-----------------------|-------|
| Câmara: | Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos | | | | |
| Título: | Reunião Ordinária N. 29 | | | | |
| Local: | Sala de Reuniões do 2º Andar, nº 250 - Ed. Sede do MAPA - Brasília/DF | | | | |
| Data da reunião: | 02/06/2016 | Hora de início: | 14:00 | Hora de encerramento: | 16:15 |

Pauta da Reunião

14:00h – Abertura da 29ª Reunião Ordinária e aprovação da ata da reunião anterior

14:10h - Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara

- Calendário de reuniões para o ano de 2016 - confirmar

- Assuntos tratados entre a reunião anterior e esta (novo Decreto do RIISPOA, Consulta Pública Salmonella, Consulta Pública Agroindustrial de Pequeno Porte de Ovos, nova Portaria de atualização da composição da Câmara e designação do novo Presidente)

- Solicitação de nova entidade para participar do colegiado - ABIAM

- Informativo ASPAR

14:30h – Apresentação dos aspectos legais, conceituais e operacionais na implementação do “compartimento” em aves e suínos – DSA/SDA/MAPA, Dra Denise Euclides

15:00 – Apresentação sobre os aspectos legais, conceituais e operacionais sobre o uso dos coadjuvantes tecnológicos no abate das indústrias de carne de aves e suínos – DIPOA

15:15 – Discussão sobre procedimentos necessários para modificação da Resolução DIPOA nº 5/1991, que dispõe sobre o Padrão de Identidade e Qualidade para o Ovo Integral – DIPOA

15:30 – Discussão sobre a elevação do limite de crédito para retenção de matrizes suínas, publicada no DOU de 13 de abril de 2016 – ABCS, Nilo de Sá e SPA/MAPA

15:45h - Panorama da oferta e demanda de milho na produção de aves e suínos – visão da agroindústria – Consultor da ABPA, Jurandi Machado

16:00h - Assuntos Gerais

Comentários sobre a Lei 13.288/16, com novas regras para integração entre produtores rurais e indústria, que foi sancionada no dia 17.05.2016 – Presidente e membros da Câmara

16:15h – Encerramento

Lista de Participantes

| | Nome | Entidade | Frq | Assinatura |
|----|-------------------------------------|-----------|-----|------------|
| 1 | RUI EDUARDO SALDANHA VARGAS | ABPA | PR | |
| 2 | FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO | | PR | |
| 3 | DANIELA FIRMINO SANTANA AMARAL | ACST/MAPA | PR | |
| 4 | FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO | ACST/MAPA | PR | |
| 5 | NILO CHAVES DE SÁ | ABCS | PR | |
| 6 | AMANDA DE OLIVEIRA LIMA SANTOS | ABCS | PR | |
| 7 | ALEXANDRE SEABRA RESENDE | ABRAS | PR | |
| 8 | LILIAN MARTINS PASQUIM | BB | PR | |
| 9 | WANDER FERNANDES DE SOUSA | CONAB | PR | |
| 10 | ANDRÉ LUIZ RIBEIRO DE OLIVEIRA | MDIC | PR | |
| 11 | MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO | MF | PR | |
| 12 | JOSE CARLOS PIRES | SEAPI/RS | PR | |
| 13 | JOÃO FERNANDO NUNES DE ALMEIDA | SEBRAE | PR | |



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

| | | | |
|----|--|----------------|----|
| 14 | PAULO HENRIQUE PEDROZA E SILVA | SINDAN | PR |
| 15 | CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE | SINDIRAÇÕES | PR |
| 16 | ANNA CAROLINA FERNANDES FERREIRA ALVES | SPA/MAPA | PR |
| 17 | ADOLPHO VAZ DE LIMA FILHO | CEF | PR |
| 18 | MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO | CNM | PR |
| 19 | JULIANO LEONIDAS HOFFMANN | CNA | PR |
| 20 | PEDRO HENRIQUE DI MARTINO | GS1 Brasil | PR |
| 21 | ANNA JULIA PORTZ | ABPA | CO |
| 22 | SERGIO BORTOLOZZO | ABRAMILHO | CO |
| 23 | FRANCISCO ALMEIDA | Barral M Jorge | CO |
| 24 | THIAGO BORGES | CEF | CO |
| 25 | RUGNAN HUGUENIN DA SILVEIRA | DIPOA/SDA | CO |
| 26 | CARLA SUSANA RODRIGUES | DIPOA/SDA | CO |
| 27 | DENISE EUCLYDES | DSA/SDA | CO |
| 28 | LUNA LISBOA ALVES | DSA/SDA | CO |
| 29 | DIEGO M. DE BRITO | DSA/SDA | CO |
| 30 | BRUNO PESSAMILO | DSA/SDA | CO |
| 31 | ELAINE SENA | DSA/SDA | CO |
| 32 | GRABRIELA LOPES SOUTO | MF | CO |
| 33 | JOAO CLAUDIO DA S. SOUZA | SPA/MAPA | CO |

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata: Sim

Desenvolvimento

Abertura da 29ª Reunião Ordinária e aprovação da ata da reunião anterior: às quatorze horas e onze minutos do dia dois de junho de 2016, na sala de reuniões 251, 2ª andar do Edifício Sede do MAPA, em Brasília-DF, foi aberta pelo Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos, o Senhor Rui Eduardo Saldanha Vargas, a vigésima nona Reunião Ordinária do colegiado. Em sua primeira reunião no encargo da presidência desse Fórum Consultivo, o presidente agradeceu a presença de todos e informou que planeja muito trabalho para otimizar o setor. O Secretário da Câmara, senhor Francisco Facundo, cumprimentou a todos, parabenizando o novo Presidente por esta nova empreita, colocando-se à disposição na Secretaria do colegiado, bem como a Equipe da Assessoria de Apoio às Câmaras, para ajudar a empreender as ações necessárias ao bom desempenho dos trabalhos deste colegiado. Na sequência passou a palavra a chefe da Assessoria das Câmaras, senhora Maria Auxiliadora, a qual também cumprimentou a todos e disse que a Equipe da Assessoria conta com 13 pessoas para dar suporte às 40 câmaras atualmente em funcionamento. Falou, ainda, da chegada do novo Ministro, o senhor Blairo Maggi, comentando que ainda não se tem orientação sobre as diretrizes da nova gestão a respeito da atuação das câmaras, entretanto, o Ministro já informou que trabalhará para fortalecer as câmaras e que brevemente fará reunião com os Presidentes, com o intuito de conhecer cada segmento e ouvir sugestões relativas a cada um, bem como, oportunamente, ele também estará recebendo os presidentes em seu gabinete.

Aprovação da Ata da 28ª Reunião Ordinária: o Secretário colocou em apreciação a ata da reunião anterior, que foi aprovada pelos membros em sua totalidade, e assinada pelos presentes ao referido encontro.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara: continuando, o Secretário da Câmara, Sr. Francisco Facundo, passou aos informes, quais sejam: I) Calendário de reuniões para o ano de 2016, o qual foi confirmado, conforme a seguir: 30ª Reunião Ordinária, dia 25 de outubro de 2016, em Brasília, prevista às 14h. II) Assuntos tratados entre a reunião anterior e esta: **Novo Decreto do RIISPOA:** o Secretário da Câmara informou que foi concluída a pretendida revisão, por meio de novo Decreto, o de nº 8.681/2016 de 23.02.2016, publicado no DOU do dia subsequente e encaminhada aos membros da Câmara dia 18 de março; **Consulta Pública Salmonella:** Facundo disse que a proposta de Instrução Normativa, que altera a IN nº 70/2003, sobre o Programa Salmonella está em fase de conclusão da avaliação das contribuições recebidas pela Equipe do DIPOA. Após conclusão, a norma será encaminhada a CONJUR, para análise. **Consulta Pública Agroindustrial de Pequeno Porte de Ovos:** Facundo informou que foi enviado aos membros desse Fórum Consultivo, dia 21.03.2016, um e-mail solicitando envio de contribuições para a ABPA, entidade que coordena os trabalhos, até o dia 11 de abril, para serem encaminhadas ao DIPOA, como contribuições da Câmara. Salientou que após o término do prazo da Consulta Pública, no dia 25 de abril de 2016, foi encaminhando, ao DIPOA, o Ofício nº 001/2016/CSCAS, informando que a Câmara Setorial está de acordo com o conteúdo da Consulta Pública, não tendo novas contribuições à Portaria nº 33/2016. Por fim, observou que a demanda aguarda análise do DIPOA, para publicação da nova Instrução Normativa. **Nova Portaria de atualização da composição da Câmara e designação do novo Presidente:** a referida Portaria foi publicada dia 28 de março e enviada aos membros da Câmara Setorial na mesma data. **Solicitação de nova entidade para participar do colegiado – ABIAM e ABRAMILHO:** depois da apresentação ao plenário, as entidades solicitantes, a Associação Brasileira da Indústria e Comércio de Ingredientes e Aditivos para Alimentos e Associação Brasileira dos Produtores de Milho, foram aceitas para integrar este fórum, na condição de Membro Efetivo. O presidente enfatizou que a participação da ABIAM é importante para a Câmara, destacou que a mesma participa de vários Fóruns Internacionais, como o Códex e outros. **Decisão:** a ABIAM e a ABRAMILHO foram aprovadas para compor à Câmara Setorial, na condição de Membros Efetivos. **Encaminhamento:** encaminhar modelo de correspondência as duas entidades, solicitando a indicação de seus representantes para compor à Câmara Setorial. **Responsável:** Secretário do colegiado. III) Informativo ASPAR: finalizando os informes da Secretaria da Câmara, foi exibido arquivo elaborado pela Assessoria Parlamentar do MAPA, com o acompanhamento de projetos de interesse desta cadeia produtiva, em trâmite na Câmara Federal e Senado, ocasião que foi solicitada à retirada do PL 6459/2013 (slide nº 12) e PLS 330/2011 (slide nº 19), do arquivo apresentado, em face dos mesmos terem sido transformados na Lei nº 13.288/16, com novas regras para integração entre produtores rurais e indústria, que foi sancionada no dia 17.05.2016, ficando a Secretaria do colegiado de comunicar ao técnico da ASPAR, responsável por este trabalho. Apresentação ficará disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

Apresentação dos aspectos legais, conceituais e operacionais na implementação do “compartimento” em aves e suínos – DSA/SDA/MAPA, Dra. Denise Euclides: o Presidente anunciou e agradeceu a presença da Dra. Denise Euclides do DSA, fez comentários e a convidou para apresentar o tema. Dra. Denise Euclides agradeceu a oportunidade, apresentou os demais colegas do Departamento: Diego Brito, Elaine Sena, Luna Lisboa Alves e Bruno Pessamilio e contextualizou o assunto, ressaltando que este tema é tratado em prioridade pelo MAPA e que poucos países estão adequados a esse conceito. Salientou que a fundamentação da compartimentação segue o Código Sanitário para os Animais Terrestres da OIE que conceitua o tema como a intenção finalística de reconhecer e atestar subpopulação de aves com status sanitário diferenciado, por meio da adoção de



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

procedimentos adicionais de biossegurança, vigilância epidemiológica, supervisões e auditorias, que favoreçam o controle de doenças e o comércio internacional. Relacionado aos fatores de risco, apresentou os que foram relacionados para *Influenza Aviária* – IA e *Doença de New Castle* – DNC que são: água, ração, pragas, material genético, produtos biológicos, espécies susceptíveis, pessoas, veículos, equipamentos, material de cama e forração de ninho. Disse que para o monitoramento da compartimentação são necessárias medidas de manutenção de um rigoroso sistema de biossegurança e gestão da produção, de modo a mitigar os fatores de risco identificados, vigilância epidemiológica com colheita de amostras para exames laboratoriais para IA e DNC, supervisões internas pela equipe de gestão do Compartimento e Auditorias do SVO para obtenção de Certificado Sanitário pelo MAPA, o qual estabelece reconhecimento pelo mercado nacional e internacional. A palestrante ainda prestou explicações relacionadas às Unidades de Produção – UP, que apresentam subpopulação avícola alojada (granjas de bisavós, avos, matrizes, frangos de corte, incubatórios) e as unidades de suporte (abatedouros, fábricas de ração, de material para cama e forração de ninhos). Foi apresentada ainda a legislação vigente que trata do assunto (IN nº 21/2014) e o estágio atual da compartimentação no Brasil, que conta atualmente com duas empresas interessadas: a Cobb Vantress Brasil Ltda (MG, SP e MS), que está na última fase do processo (certificação) e a JBS S.A (SC) que passa pela avaliação documental. Por fim, Dra. Denise Euclides falou sobre a Coordenação que trata do tema na SDA/MAPA. Após a apresentação, o presidente informou que o tema é amplo e moderniza os setores produtivos frente ao comércio nacional e internacional, pois a defesa sanitária por vezes é colocada como barreira às exportações. O representante da CNA, senhor Juliano Hoffmann, perguntou se todos do setor devem se adequar, o que foi respondido pela palestrante que, no momento, quem solicitar participação é que deverá seguir as normas relacionadas. O representante da ABCS, o senhor Nilo Chaves de Sá, indagou a palestrante sobre a possibilidade de em uma mesma região haver integrantes e não integrantes da compartimentação, sendo respondido que há a possibilidade, pois, a mesma não é de obrigatoriedade de todos. A palestrante salientou que o compartimento trabalha com biossegurança não enfatizando regiões e sim unidades participantes. O presidente finalizou o tema informando que a ex-ministra Kátia Abreu solicitou a formação de um Grupo de Trabalho - GT, sendo o Brasil exportador de aves e suínos, para debater e propor melhorias, observando que o setor de suínos será o próximo a realizar a compartimentação. Finalizou dizendo que a ABPA já apresentou o ofício nº 110/2016, solicitando a criação do GT e indicando representantes (titular e suplente) das empresas envolvidas para integrá-lo. Informou, também, que a senhora Denise Euclides foi indicada pelo Diretor do DSA como coordenadora do GT e que o senhor Bruno Passamilio será o outro integrante do Departamento. **DECISÃO:** depois da apresentação e debates na plenária, foi **aprovada a constituição de um GT**, com o objetivo de discutir, propor e avaliar ações preventivas de combate à Influenza Aviária, dentre outras, o qual ficou constituído com os seguintes membros: DSA/MAPA, Denise Euclides e Bruno Passamilio, sob a coordenação da primeira; ABPA, Ariel Mendes – relator e Rui Vargas; AURORA, Marcos Zordan e Eliana Bodanese; BRF, Fabrício Delgado e Nelva Grando; COBB, Jairo Arenazio e Flávio Henrique; GLOBOAVES, Roberto Kaefer e Antonio Camargo Neto; GRANJA MANTIQUEIRA, Leandro Pinto e Guilherme Moreira; GTFOODS, Ciliomar Tortola e Ricardo Pereira Costa; JBSFOODS, Osório Dalbello e Paulo Pelissaro e CNA, Victor Ayres e Décio Coutinho. Conforme expressa o Regimento Interno das câmaras, os trabalhos produzidos pelos Grupos de Trabalhos terão que ser apresentados para apreciação e aprovação na plenária da Câmara Setorial. **Encaminhamento:** agendar a primeira reunião do GT, ficando a coordenadora com a incumbência de propor, ao relator, uma data e convidar todos os membros para o encontro. **Responsável:** Denise Euclides. Francisco Facundo colocou a Secretaria do colegiado e Equipe da Assessoria de Apoio às Câmaras à disposição para apoiar os trabalhos do GT. A apresentação feita pela Dra. Denise ficará disponível no endereço eletrônico, na página da Câmara de Aves e Suínos.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

<http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>

Apresentação sobre os aspectos legais, conceituais e operacionais sobre o uso dos coadjuvantes tecnológicos no abate das indústrias de carne de aves e suínos – DIPOA: o Presidente falou sobre a importância de se conhecer o assunto com maior abrangência. Disse que a indústria produtora na figura da ABIAM, agora integrante da Câmara, tem grande interesse nas informações e convidou os representantes do DIPOA, a senhora Carla Susana Rodrigues e o senhor Rugnan Silveira, para falar sobre o tema. A senhora Carla agradeceu a oportunidade de tratar o tema, justificando a ausência da Sra. Claudia Valeria, por problemas de saúde na Família e apresentou a nova estrutura do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA, composto pelo seu Gabinete e três Coordenações Gerais: de Inspeção (CGI); de Programas Especiais e de Controle e Avaliação. No Gabinete do DIPOA, diretamente subordinados à Diretoria, estão a Secretaria, a Assessoria Técnica, a Divisão de Relacionamento Interinstitucional e a Divisão de Suporte à Gestão. Na CGPE foi criada uma Divisão de Avaliação de Novas Tecnologias (DITEC) com o objetivo de atender as demandas do setor sobre o tema. Por ser uma área nova, essa Divisão está se estruturando e o primeiro trabalho em andamento é a elaboração de uma minuta de Instrução Normativa com as diretrizes de como o setor deve apresentar suas demandas para avaliação técnica pela DITEC. O senhor Rugnan da Silveira informou que em relação a essa Instrução Normativa, o grupo técnico realizou reunião no mês de maio, e que a previsão é de que a norma seja submetida à consulta pública até o final do mês de julho. Disse que foi realizada pesquisa em várias normativas internacionais sobre o assunto para avaliação de novas tecnologias, e foi verificado que o modelo que será seguido pelo Brasil será o mais próximo dos EUA, que já contém uma estrutura para esse tipo de avaliação, com critérios bem estabelecidos. Disse ainda que o modelo americano traz informações que quando a indústria apresenta uma nova tecnologia, por definição nova tecnologia também poderá ser entendida como um novo equipamento, novo processo, nova substância, ou já existente, mas com nova aplicação, entende que poderá haver alterações na fabricação dos produtos de origem animal ou no processo de avaliação do serviço de inspeção. Rugnan finalizou o tema enfatizando que a normativa apresentará melhorias ao setor e que será apresentada juntamente com material explicativo, que contém informações sobre as formas de como apresentar o assunto ao DIPOA. Comentou que a ideia do Departamento é que, a partir do momento em que a nova estrutura estiver implementada no DIPOA, as indústrias e associações representativas tenham um ponto focal para apresentar suas demandas, sendo essas tratadas dentro de um protocolo técnico científico. Não havendo óbice, o MAPA fará a tramitação para que as empresas utilizem a nova tecnologia, sendo essa utilizada por todos e não somente por quem solicitou. Finalizou dizendo que em breve a IN e o material explicativo serão apresentados ao público em geral, para melhor entendimento. As informações estão anexadas no endereço eletrônico, na página da Câmara de Aves e Suínos. <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>

Discussão sobre procedimentos necessários para modificação da Resolução DIPOA nº 5/1991, que dispõe sobre o Padrão de Identidade e Qualidade para o Ovo Integral – DIPOA: na sequência, o Presidente contextualizou o tema, informou que a ABPA encaminhou o ofício nº 076 datado de 14.03.2016, solicitando inclusão de texto na Resolução 5/1991 e indagou, aos representantes do DIPOA, de que forma mais rápida se pode fazer esta revisão. A senhora Carla Susana Rodrigues apresentou as tratativas relacionadas ao tema em comento, falando sobre a necessidade de revisão de algumas normas, dentre elas a que trata dos programas de controle de origem animal, principalmente sobre padrão de qualidade, foram identificados vários regulamentos defasados. Com a nova estrutura do Departamento haverá planos de trabalho que elencarão quais os temas que serão priorizados para a atualização da regulamentação. Por fim, solicita colaboração da Câmara, objetivando o levantamento dos temas



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

prioritários ao setor, para serem apresentados ao DIPOA, para que o Departamento possa avaliar essas prioridades e elaborar um Plano de Trabalho. Sobre o pedido de ovos especificamente, para modificação da Resolução DIPOA nº 5/1991, Carla Susana informou que o assunto está na Coordenação de Normas Técnicas, onde foi verificada a falta de dados para realizar qualquer tipo de avaliação pelos técnicos do MAPA. Enfatizou que a legislação de 1991 não apresenta a realidade dos dias atuais relacionada à composição dos ovos produzidos no Brasil, no entanto, é necessário saber essa composição dos ovos brasileiros, para melhor verificação. Finalizando o tema, Karla solicitou que o setor apresente mais dados ao MAPA para que sejam avaliados e estabelecidos os parâmetros desse produto. O presidente agradeceu as explicações, disse que o setor dispõe dos dados nacionais, os quais serão encaminhados ao Departamento. O presidente disse que a prioridade será verificada pelo setor, salientou que o novo foco estabelecido pelo DIPOA irá somar aos trabalhos junto aos setores do agronegócio. Em face à solicitação apresentada pela Sra. Carla Susana, o Secretário da Câmara, propõe que seja encaminhado, ao DIPOA, um ofício da câmara apoiando a solicitação que já foi apresentada pela ABPA, relacionado ao tema, através do ofício nº 076/2016, acima mencionado, acrescentando-se as informações complementares, ora requeridas, tendo a proposta sido aprovada pelo plenário. **Encaminhamento 1:** encaminhar ofício ao DIPOA, referendando a solicitação apresentada pela ABPA, através do ofício nº 076/2016, acrescentando-se as informações complementares, para subsidiar a análise sobre a necessidade de alteração dos parâmetros que dispõe sobre o Padrão de Identidade e Qualidade para o Ovo Integral. **Responsável:** ABPA, Presidente da Câmara. **Encaminhamento 2:** levantar os temas prioritários do setor para serem encaminhados ao DIPOA. Para análise e definição de prioridades. **Responsável:** ABPA, Presidente da Câmara.

Discussão sobre a elevação do limite de crédito para retenção de matrizes suínas, publicada no DOU de 13 de abril de 2016 – ABCS, Nilo de Sá e SPA/MAPA: o Secretário da Câmara, senhor Francisco Facundo, solicitou que o senhor Nilo de Sá apresente o assunto, para melhor entendimento e posicionamentos do colega João Claudia da SPA presente ao encontro. O Sr. Nilo, por sua vez, informou que foi aprovado o aumento do limite de crédito de custeio para retenção de matrizes suínas, através da Resolução 4.477, do Banco Central, a qual dobra o Limite de Crédito de custeio para retenção de matrizes de R\$ 1,2 milhão para 2,4 milhões, com prazo de reembolso de 2 anos, sendo que os produtores poderão contratar essa linha de crédito até o dia 30 de junho do ano em curso. No entanto, os bancos alegam que não estão sabendo dessa medida e os produtores não estão conseguindo ter acesso aos créditos, salientou o senhor Nilo. Disse que foi informado pela senhora Lilian Pasquim, representante do Banco do Brasil, que o sistema estaria parametrizado para o limite de 2,4 milhões. Lilian por sua vez se disponibilizou a prestar informações sobre as parametrizações de valores. Nilo salientou que devido a essa variação de informação entre a Resolução e os bancos, até o momento, nenhum produtor de suínos conseguiu aporte dessa linha de crédito. Manifestou preocupação, pois o prazo para a contratação dessa linha de crédito termina em 30 de junho próximo. Informou que hoje pela manhã foi realizada uma reunião com o senhor João Salomão, representante da Secretaria de Política Agrícola e o Secretário de Política Agrícola, o senhor Neri Geller, quando foi informado sobre o que vem ocorrendo e solicitou que esta questão seja verificada junto aos bancos, solicitou, também, que o prazo para obtenção da linha de crédito seja estendido. Na oportunidade, o senhor João Claudio, representante da SPA, presente a este encontro, prestou informações sobre o tema. A senhora Lilian disse que irá verificar as informações, para saber o que ocorre junto ao Banco do Brasil e que o próximo passo será verificação caso a caso. João Claudio esclareceu que a informação que chegou à SPA, é que os bancos não tinham conhecimento da alteração da Lei. Com relação à forma de parametrização pelos bancos, João Claudio enfatizou que essas questões alheias às ações do MAPA, e que as garantias do produtor para obtenção da linha de crédito, são



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

de livre pactuação entre as partes, acrescentando que fez uma consulta aos agentes financeiros, os quais informaram que aceitam as matrizes suínas como garantia, no entanto, em contratos de crédito rural são exigidos mais do que 100% do valor real, em torno de 130%, é o percentual praticado. Aceitar a matriz e um aval real. Finalizando o assunto, João Claudio sugeriu que sejam apresentados casos concretos em que os produtores solicitaram e não conseguiram a obtenção dos créditos, bem como as alegações e quando a solicitação de prorrogação do prazo de vigência da referida linha de crédito, João Claudio disse que considera plausível e recomenda que a câmara apresente a solicitação. **Encaminhamento:** encaminhar, à SPA/MAPA, solicitação de prorrogação, por mais 1 ano, de contratação do custeio para retenção de matrizes suínas. **Responsável:** ABCS, Nilo de Sá e Secretário da Câmara.

Panorama da oferta e demanda de milho na produção de aves e suínos – visão da agroindústria – Consultor da ABPA, Jurandi Machado: o senhor Jurandi Machado apresentou o tema, na visão estabelecida pela agroindústria. Disse que há quatro safras o país produz pouco mais de 80 milhões de toneladas de milho por ano, no entanto, no mesmo período o consumo interno passou de 52 para mais de 60 milhões de toneladas. Informou que com o real mais fraco, as exportações triplicaram para mais de 30 milhões de toneladas e o País atualmente é o segundo maior exportador do cereal, com 24% do volume total, atrás apenas dos Estados Unidos, com 35%. As exportações, nos primeiros meses do ano, absorveram grande parte dos estoques internos, o que resultou em um cenário de abastecimento interno. O palestrante informou que há várias semanas, lotes do cereal para entrega imediata, estão indisponíveis e o clima desfavorável derrubou a produção para 78,9 mil toneladas. Com isso, os estoques do grão saíram de 13,3 milhões de toneladas, em 2014, para no máximo 6,0 milhões em 2016, sendo o menor estoque em 4 anos. Enfatizou que o consumo doméstico de 60 milhões de toneladas e exportações ao redor dos 23, indica uma demanda de 83 milhões de toneladas e, estoques de passagem de 6,0 milhões, formando uma visão de desabastecimento até o primeiro semestre de 2017. Disse que mais de dois terços da 2ª safra (MT, MS, GO e PR) foram vendidas antecipadamente e estão comprometidas com a exportação. Contudo, em um cenário de preços internos mais elevados do que os internacionais, a expectativa é de que parte desses contratos para exportação seja renegociada. Informou que para os preços caírem de fato, será preciso que um volume considerável da 2ª safra chegue ao mercado. O volume negociado deve crescer mesmo só a partir da metade de junho, quando a colheita se acelera. A falta de estoques reguladores do governo para intervir no mercado intensificou o cenário desfavorável para os produtores de carne, sobretudo aqueles sem contato de produção. Contudo, é consenso entre os analistas de mercado de que as cotações, com a chegada da safrinha no mercado, podem se acomodar em patamares um pouco mais baixos. Porém, depois os valores devem voltar a subir, e com isso, a janela de compra tende a ser curta. Como consequências, o palestrante informou que a indústria, principalmente a de carnes, sem oferta e preços razoáveis de milho, está perdendo competitividade. A elevação do custo da carne vai afetar não só as exportações, como também o consumo interno. Os pequenos granjeiros estão com custos nas alturas, e, muitos estão abandonando suas atividades. Terão aumento dos custos na produção, sem compensação monetária. Finalizando sua apresentação, Jurandi disse que o Brasil é o único país que pode aumentar a área de milho, sem comprometer as outras commodities. A saída tem de ser por maior produção, sem restrição às exportações. Disse que o Governo tem que criar novas formas de previsibilidade, usando, por exemplo, dado da receita, que hoje é interligada através da nota fiscal eletrônica, e, circunstancialmente deve isentar de todos os impostos, de agora em diante, terá que atuar mais junto ao produtor, inovando nos contratos de compra, financiando e convencendo os produtores de que poderão ter ganhos, substituindo áreas de soja por milho no verão. Na oportunidade, o representante da ABRAMILHO, o senhor Sérgio Bortolozzo, antes de se pronunciar em relação ao tema apresentado, solicitou que sua entidade seja incluída como membro dessa Câmara, tendo a solicitação sido aceita por



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

unanimidade, observando-se a importância da participação da ABRAMILHO como membro efetivo da Câmara Setorial. Na sequência, referindo-se ao tema apresentado pelo senhor Jurandi, o senhor Bortolozzo comentou que o problema é emergencial e foi previamente anunciado na safra passada. Disse também que, por questões mercadológicas já foi plantado menos milho na safra passada e o câmbio desfavorável estimula o produtor a realizar a exportação. Enfatizou que a ABRAMILHO conseguiu eliminar barreiras fitossanitárias, pois o cenário do produtor brasileiro ao longo de vários anos era preço baixo. Salientou que alguns dispositivos estão sendo acionados, citou o programa de Santa Catarina para segurança no abastecimento e do Rio Grande do Sul que foi lançado ontem. Finalizou sua fala esclarecendo que preços elevados também não são bons para o produtor de milho em longo prazo e disse que a ABRAMILHO entende que a partir da entrada no mercado, de programas estaduais de incentivo para a próxima safra poderá haver equilíbrio no abastecimento interno. O representante da Conab, o senhor Wander de Sousa, disse que o diagnóstico é consensual, que houve mudanças, pois na safra de verão o milho era plantado como forma de rotação de cultura. Informou que a safra de verão é inexpressiva e a segunda safra geralmente é maior que a primeira. Para o consumidor, a aposta é na segunda safra, a qual foi prejudicada devido a condições climáticas. Informa que o milho continua sendo exportado e o consumidor interno deve estabelecer novos métodos de aquisição. **Decisão:** a ABRAMILHO foi aprovada para compor à Câmara Setorial, na condição de Membro Efetivo. Esta decisão e respectivo encaminhamento a respeito também estão registrados no início desta ata.

Assuntos Gerais: Comentários sobre a Lei 13.288/16, com novas regras para integração entre produtores rurais e indústria, que foi sancionada no dia 17.05.2016 – Presidente e membros da Câmara: o Presidente informou sobre a edição esta Lei da Integração, que foi sancionada com um veto, sobre o prazo em que a nova Lei entrará em vigor e observou que uma das propostas que está sendo realizada, é que as empresas trabalhem junto aos seus integrados, no sentido de ajuste ao sistema de produção e finalizou propondo que este assunto conste da pauta da próxima reunião, do dia 28 de outubro, oportunidade em que os representantes da produção e da agroindústria apresentarão seus pontos de vista sobre a nova situação. O Sr. Nilo Chaves, representante da ABCS, fez comentários sobre ações decorrentes desta lei, dizendo que os dois elos do setor já estão conversando, no sentido de que novos contratos possam ser firmados e que seja, satisfatório, para ambas as partes. **Decisão: pautar este tema na próxima reunião**, do dia 28 de outubro, para que representantes dos produtores e da agroindústria possam apresentar seus pontos de vista sobre a nova legislação e apresentar ações decorrentes da mesma. **Responsável:** Secretário da Câmara Setorial.

Encerramento: sem mais assuntos a serem tratados, o Presidente deste encontro agradeceu a participação de todos, encerrando a reunião, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, e eu, Daniela Santana, lavrei a presente ata, revisada pelo Secretário da Câmara Setorial, Francisco Facundo.

Preposições

| Item | Item da reunião |
|------|-----------------|
|------|-----------------|

Ações

| Item | Ação | Responsável | Dt. prevista |
|------|------|-------------|--------------|
|------|------|-------------|--------------|

Dados da próxima reunião

| Local: |
|--------|
|--------|



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

| | | | |
|------------------|--|-----------------|--|
| Data da reunião: | | Hora de início: | |
| Pauta da Reunião | | | |
| | | | |

Anexos

| Arquivo | Descrição |
|---------|-----------|
|---------|-----------|